



*Primeira Reflexão
Sobre A
Fecundidade, As
Condições De
Trabalho E As
Políticas De Apoio À
Maternidade Numa
Perspectiva
Regional*

Autoras:

Maria Luís Rocha Pinto

Professora Associada
Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Investigadora
GOVCOPP – Unidade de Investigação em Governação, Competitividade e
Políticas Públicas,
Universidade de Aveiro
mluispinto@ua.pt

Maria Cristina Sousa Gomes

Professora Auxiliar
Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Investigadora
GOVCOPP – Unidade de Investigação em Governação, Competitividade e
Políticas Públicas,
Universidade de Aveiro
mcgomes@ua.pt

Resumo:

Numa perspectiva regional procurou-se desenvolver um exercício exploratório de análise da problemática do declínio da fecundidade na sua relação com as condições de trabalho e as políticas de apoio à maternidade.

Face aos resultados obtidos e à importância das variáveis de cariz sócio-económico para a explicação da fecundidade torna-se óbvia a necessidade de, por um lado de reflectir sobre contexto sócio-demográfico e sobre as políticas públicas e políticas locais. Por outro, ressalta a necessidade de articulação das políticas de apoio à família (maternidade/parentalidade) e as políticas de trabalho.

Palavras Chave: Fecundidade, Políticas públicas, Políticas locais.

**First approach to fertility,
the work conditions and
policies to support
childbearing at a regional
level**

Abstract

This paper developed an exploratory exercise, at a local level, analyzing the fertility decline in relation with work conditions and childbearing policies.

Regarding the results and the importance of socioeconomics variables to explain fertility it becomes clear the need to think about the social-demographic reality connected with national and local policies. It is also important to emphasize the need to link family and work policies.

Key words: Fertility, Public policies, Local policies.

As autoras agradecem a colaboração dos colegas João Marques, Paulo Batista e da Mestranda Cláudia Simões na compilação e tratamento dos dados deste artigo.

Introdução

Com este trabalho deu-se início a uma análise e discussão da fecundidade numa perspectiva regional, situando-a entre as condições de trabalho e as políticas de apoio à maternidade, no contexto da realidade e da sociedade portuguesa. A fecundidade tem revestido um crescente interesse para os demógrafos que lhe têm dedicado uma particular atenção e aprofundado desenvolvimento. Embora os estudos tenham sobretudo incidido na caracterização dos padrões de fecundidade e nos factores sociais e/ou individuais que a afectam, não deixa de ser igualmente importante, tal como refere Kravdal (2010, p.255), a análise das consequências da baixa fecundidade. Kravdal acentua que «for many years, demographers seem to have been more interested in the determinants of demographic behavior than in the consequences, unless the consequences are also “demographic” of course. Particularly, little attention has been paid to the welfare consequences at the micro level.» (Kravdal, 2010, p.664)

Os países do sul da Europa, com características comuns na trajetória da fecundidade, apresentam pronunciadas quebras nesta variável demográfica o que lhes confere, por um lado, aspectos específicos, pela profunda transformação de padrões de comportamento, e por outro, coloca-os perante os desafios que o acentuado envelhecimento da base reflectirá quer nas estruturas/dinâmicas populacionais quer ao nível do equilíbrio do Estado Social e da sustentabilidade do desenvolvimento social (Mendes & Rego, s/d;p.2).

Assim e particularizando a análise na realidade portuguesa pretendem-se apreender as diferenças a uma micro escala regional, o concelho, e assim discutir as nuances e interferências no seu contexto socioeconómico. A fecundidade, e particularmente o seu declínio, tem sido objecto, no âmbito da demografia e das políticas de população, de um conjunto de teorias e investigações que sustentam diferentes possibilidades e hipóteses para a sua análise e interpretação.

Este trabalho, claramente exploratório, pretende abrir uma discussão destas questões fixando-se na dicotomia trabalho/políticas de população no contexto da realidade portuguesa à escala regional/local. No âmbito da demografia portuguesa importa ressaltar trabalhos de outros investigadores que têm desenvolvido e examinado a evolução e condicionantes da fecundidade que de alguma forma incentivaram esta abordagem.

1. Questão de partida

As questões que se pretendem abordar surgiram na sequência do desenvolvimento de um projecto de investigação, mais amplo, sobre aspectos regionais recentes do envelhecimento em Portugal.

Dado o interesse em encontrar os traços recentes da evolução do processo de envelhecimento, a uma micro escala, procurou-se agregar a informação relativa às variáveis e indicadores demográficos, a nível do concelho, de forma a sintetizar os principais aspectos que integram este processo. Daí a escolha, como metodologia de trabalho, numa primeira fase, da Análise de Componentes Principais (ACP) uma vez que permite “explicar a correlação entre variáveis observáveis, simplificando os dados através da redução do número de variáveis necessárias para os descrever”(Pestana and Gageiro 2003, p 501), reduzindo, assim, o seu número através da combinação de duas ou mais variáveis correlacionadas num novo factor (componente principal). Numa segunda fase construíram-se clusters com vista a delinear conjuntos homogéneos, relativamente ao envelhecimento/dinâmicas populacionais considerando os 308 concelhos portugueses¹ que, no entanto, não serão desenvolvidos no âmbito deste artigo.

Os indicadores escolhidos para análise, por se considerar que reuniam aspectos de caracterização e dinâmica, embora as séries ou valores utilizados neste exercício nem sempre correspondam ao desejável, foram os seguintes:

- Taxa de Crescimento Anual Médio da População Residente de 1991 a 2008;
- Taxa de Natalidade em 2008;
- Taxa de Crescimento Anual Médio da Taxa de Natalidade de 1995 a 2008;
- Taxa de Mortalidade 2008;
- Taxa de Crescimento Anual Médio Anual da Taxa de Mortalidade de 1996 a 2008;

¹ Apesar de nos referirmos aos 308 concelhos foram tratadas variáveis relativas a apenas 305 por não ser ainda possível dispor de informação comparável relativa aos concelhos recentemente formados: Odivelas, Trofa e Vizela

- Índice de Envelhecimento em 2008;
- Taxa de Crescimento Anual Médio do Índice de Envelhecimento de 1991 a 2008;
- Índice de Dependência Total em 2008;
- Taxa de Crescimento Anual Médio da População em Idade Activa de 1991 a 2001;
- Taxa Crescimento Migratório em 2000;
- Taxa Crescimento Migratório em 2008;
- Taxa de Fecundidade Geral em 2007;
- Taxa de Crescimento Anual Médio da Taxa de Fecundidade Geral de 2000 a 2007;
- Índice de Longevidade em 2008;
- Taxa de Crescimento Anual Médio do Índice de Longevidade de 1991 a 2008.

Os resultados significativos obtidos com KMO > 0.7 e um teste de Bartlett de < 0.5 permitiu-nos prosseguir a análise.

Quadro 1

Resultado do teste de Barlett e Kaiser-Meyer-Olkin		
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		0,717
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	5 079,022
	df	105
	Sig.	0

Das componentes extraídas resultou uma capacidade explicativa de 72.7% da variância total e do total de indicadores foram extraídos três factores cabendo, respectivamente, 46.1% ao primeiro, 16.9% ao segundo e 9.7% ao terceiro.

Quadro 2

Matriz das Componentes após Rotação			
	Componente		
	1	2	3
Índice de Dependência total, 2008	0,937		
Índice de Envelhecimento, 2008	0,910		
Índice de Longevidade, 2008	0,890		
Taxa de mortalidade, 2008	0,882		
Taxa de natalidade, 2008	-0,676		0,530
Taxa média anual do Índice de longevidade, 1991-2008	0,599		
Taxa Crescimento Migratório, 2000		0,892	
Taxa Crescimento Migratório, 2008		0,861	
Taxa média anual População, 1991-2008	-0,562	0,768	
Taxa média anual População activa, 1991-2001	-0,413	0,739	
Taxa média anual Índice Envelhecimento, 1991-2008		-0,645	
Taxa média anual de mortalidade, 1996-2008		-0,522	
Taxa média anual de natalidade, 1995-2008			0,800
Taxa média anual de fecundidade geral, 2000-2007			0,699
Taxa de fecundidade geral, 2007	-0,447	0,413	0,661

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

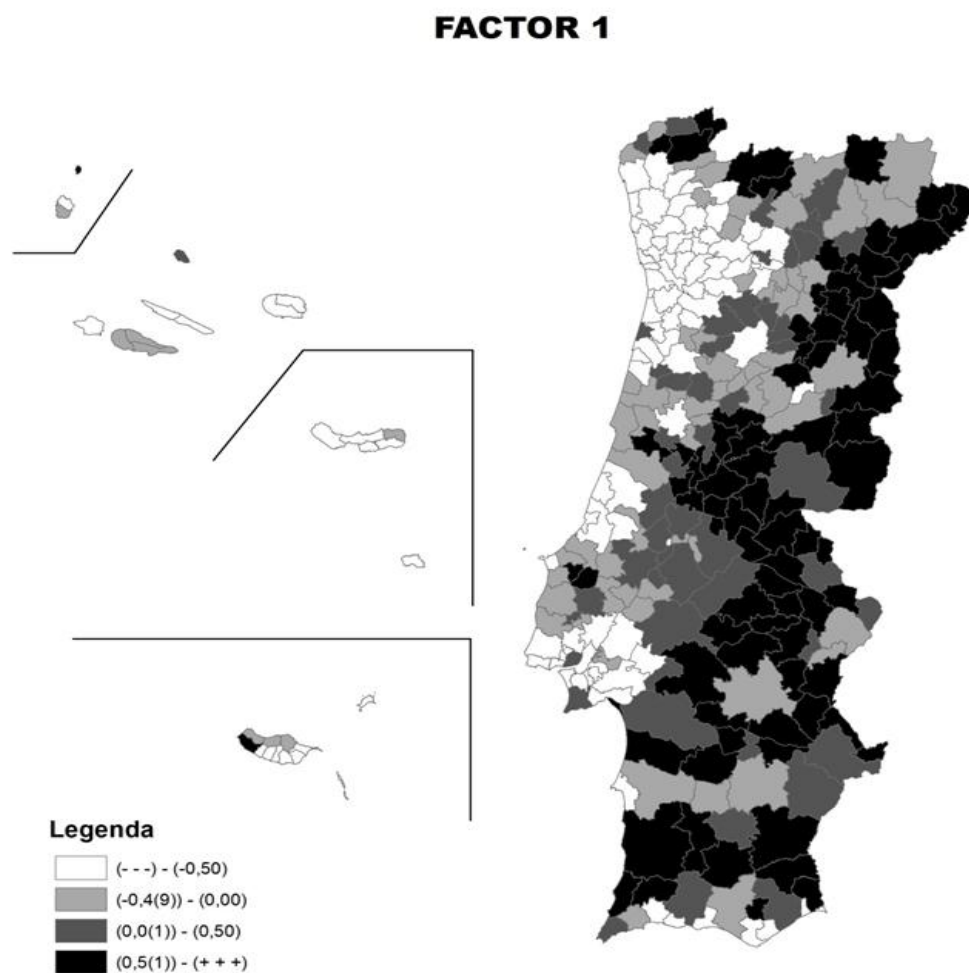
O primeiro factor que se designou por “estrutura” reúne: Índice de Dependência Total em 2008, Índice de Envelhecimento em 2008, Índice de Longevidade em 2008, Taxa de Mortalidade 2008, Taxa de Crescimento Anual Médio do Índice de Longevidade de 1991 a 2008.

O segundo factor, que se associou à “dinâmica demográfica”, reúne: Taxa Crescimento Migratório em 2000, Taxa Crescimento Migratório em 2008, Taxa de Crescimento Anual Médio da População Residente de 1991 a 2008, Taxa de Crescimento Anual Médio da População em Idade Activa de 91 a 2001.

Finalmente, o terceiro factor associado à “natalidade/fecundidade”, reúne: Taxa de Natalidade em 2008, Taxa de Crescimento Anual Médio da Taxa de Natalidade de 1995 a 2008, Taxa de Crescimento Anual Médio da Taxa de Fecundidade Geral de 2000 a 2007.

Figura 1

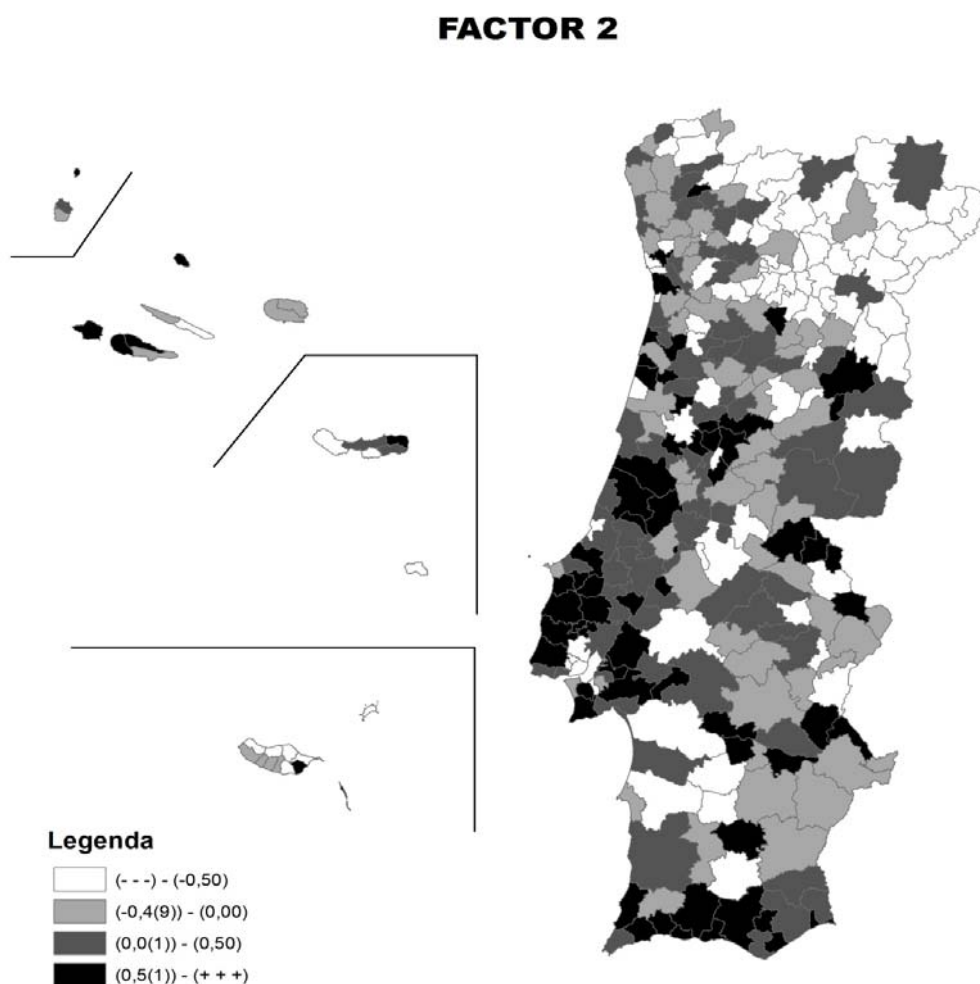
Distribuição do Factor 1 - Factor Estrutura



A distribuição/expressão territorial do primeiro factor permite uma percepção clara, pela gradação da sua intensidade, da desigualdade da distribuição espacial do “envelhecimento” em Portugal no que respeita às estruturas, correspondendo à dicotomia interior/litoral. De uma forma global o interior apresenta maior intensidade deste factor.

Figura 2

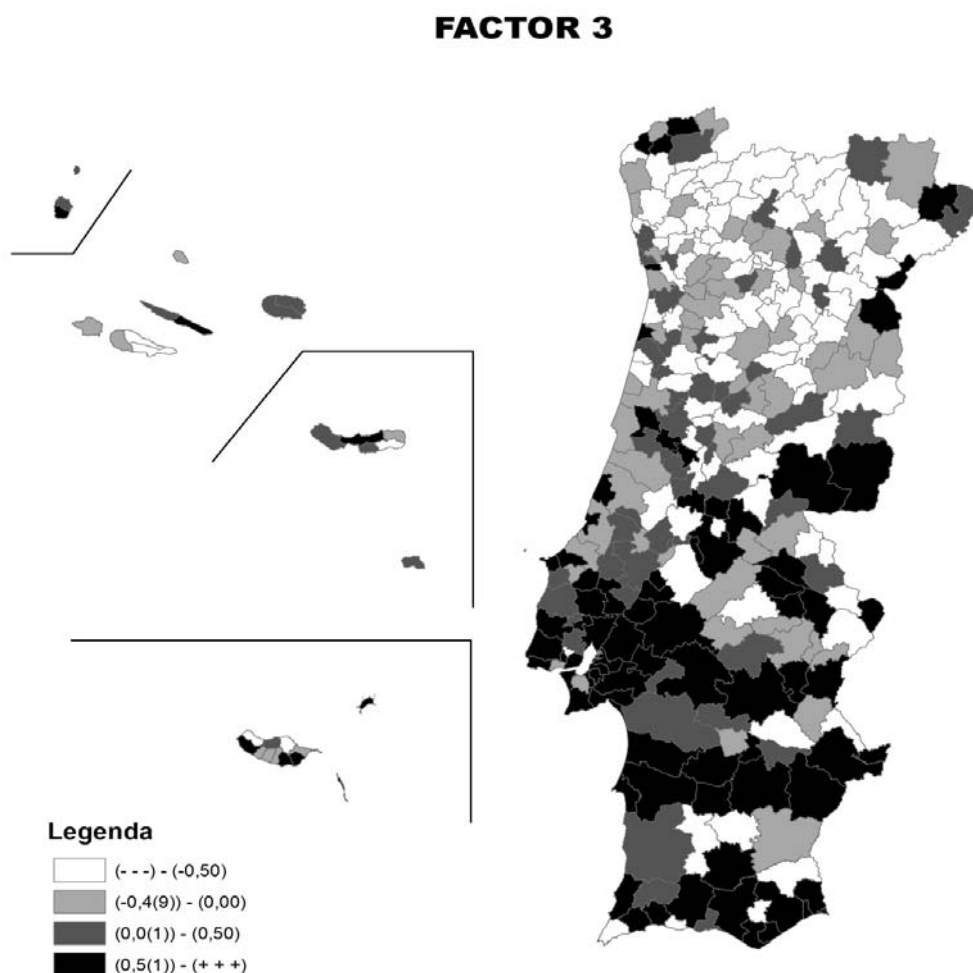
Distribuição territorial Factor 2 - Dinâmica Demográfica



O segundo factor – o dinamismo demográfico tem uma expressão territorial que é menos definida quanto à contiguidade da sua tendência. As dicotomias tradicionais (litoral-interior /norte-sul) da análise demográfica, neste factor, têm uma expressão menos manifesta. Embora se note, globalmente, na faixa litoral maior intensidade deste factor, há outros aspectos igualmente importantes a considerar que serão potenciadores desse dinamismo.

Figura 3

Distribuição territorial Factor 3 – Factor natalidade/fecundidade



O terceiro factor associado à natalidade e fecundidade tem uma expressão territorial que contrasta com os padrões convencionais de explicação do comportamento da natalidade e fecundidade em Portugal, o que conduziu a análise que a seguir se expõe.

Da leitura deste último cartograma, (Distribuição territorial Factor 3 – Factor natalidade/fecundidade) depreende-se, globalmente, a expressão de uma maior intensidade deste factor no sul do país, ou mais conforme com a realidade, uma maior consolidação e manutenção dos padrões de baixa fecundidade/natalidade.

A transição demográfica, e particularmente a evolução da fecundidade, comporta uma grande complexidade em Portugal, combinando uma multiplicidade de factores e padrões de comportamento como demonstrou Isabel Tiago de Oliveira (2006).

Nazareth, em 1978, referia a dualidade Norte-Sul, na análise do período de 1930-1970, salientando que existia um “modelo norte” cuja fecundidade era ainda elevada em 1970 e que compreendia os distritos da margem direita do Douro e ainda Viseu. Por contraposição o “modelo sul” tinha na mesma data baixos níveis de fecundidade e incluía todos os distritos da margem esquerda do Tejo e ainda Santarém e Lisboa. Na época os distritos dos arquipélagos subdividiam-se entre o “modelo norte” (Funchal e Ponta Delgada), o “modelo sul” (Horta) e o designado “modelo de transição” que para além de incluir Angra do Heroísmo compreendia todos os distritos que não pertenciam nem ao “modelo norte” nem ao “modelo sul” (Nazareth, 1978, p. 767).

No início da década de 80 «Portugal era ainda considerado um país com fecundidade elevada no espaço europeu, registando valores que lhe permitia assegurar a substituição das gerações. No entanto, ao nível regional o País evidenciava uma fecundidade diferenciada, particularmente entre o norte e o sul, o continente e as ilhas. Apesar de se tratar de um país pequeno, Portugal apresentou historicamente diferenças consistentes no que respeita à dispersão regional das taxas de fecundidade» (Mendes, Rego, & Caleiro, 2006, p.1). Porém, a década de 80 torna-se importante na análise da fecundidade uma vez que após 1982 Portugal deixa de assegurar a substituição de gerações.

Leston Bandeira, na análise do declínio da natalidade e dos vários padrões regionais, refere a existência de modelos diferentes de declínio desta variável demográfica salientando que «o panorama da fecundidade em 1980-1981 reflecte o intenso declínio ocorrido anteriormente nos distritos onde a natalidade era ainda muito elevada no início dos anos 60. Esta intensificação ocasionou uma atenuação das diferenças regionais. Mas, apesar disso, no início dos anos 80 a clivagem entre Norte/Ilhas e Centro/Sul aprofundou-se, mas vai desaparecer até ao final da década». (Bandeira, 1996, p.226).

Ainda na reflexão sobre o declínio da fecundidade interessa mencionar o que Mendes et al. defendem: «O rápido declínio da fecundidade portuguesa, a partir dos anos oitenta, ficou a dever-se a uma alteração de comportamentos ao nível regional, mostrando as regiões com fecundidade mais elevada uma velocidade de declínio superior e, em poucos anos, as diferenças parecem ter-se esbatido em todo o espaço Português» (Mendes, et al., 2006, p.1).

Assim, a observação e leitura do Cartograma 3 (Distribuição territorial Factor 3 – Factor natalidade/fecundidade), relativamente aos padrões da evolução da natalidade/fecundidade, permitem, por um lado, a convergência de algumas das análises quanto aos padrões de evolução da fecundidade, mas não deixa de ser significativa a emergência de uma tendência de maior intensidade e contiguidade, deste factor, no Algarve, na região de Lisboa e no Alentejo. De alguma forma, quase que surge uma inversão da dicotomia inicial norte/sul e confirma o que Mendes et al. referem «o comportamento da fecundidade, em Portugal continental não obedece aos tradicionais padrões de distribuição norte-sul nem litoral interior: parece antes reagir a factores de contiguidade territorial» (2006, p.2).

Este cartograma, ao nível concelhio, veio mostrar o interesse da análise da fecundidade a este nível, confirmando os trabalhos referidos no sentido do aprofundamento da expressão do fenómeno através de novas variáveis.

2. Factores explicativos da fecundidade a nível local

Considerando a situação desta investigação e partilhando da opinião de Mendes et al. (2006) quanto à importância da dimensão regional na análise, no sentido de apreender as variáveis que podem interferir ou explicar os comportamentos relativos à fecundidade/natalidade, procurou-se reunir um conjunto de variáveis que de acordo com a bibliografia de referência são apontadas como preponderantes ou relevantes na explicação da evolução da fecundidade/natalidade.

As teorias relativas à fecundidade apontam para um leque variado de factores (Boca, et al., s/d; Gauthier, 2002, 2007; McDonald, 2002): desde os custos directos e indirectos da criança, ao acesso ao emprego e carreira profissional, aos rendimentos familiares, até aos aspectos relativos à percepção da incerteza social, instituições e políticas sociais. Nesta fase ainda exploratória não houve a preocupação reunir ou encontrar a totalidade dos factores que os diversos autores mencionam, mas sim a preocupação de diversificar a escolha entre as várias dimensões no sentido de tentar perceber o que pode ser relevante na fecundidade e natalidade a nível regional. Este procedimento visa também encontrar o suporte para iniciar a discussão sobre as medidas e a intervenção relativamente à fecundidade/natalidade no contexto mais específico das realidades regionais.

Assim, para a construção de um modelo de análise multivariada foram consideradas as seguintes dimensões distribuídas para os 308 concelhos:

- Ganho médio mensal;
- Proporção das profissões socialmente valorizadas;
- Taxa de emprego;
- Escolaridade;
- Taxa de desemprego;
- Dimensão média das famílias;
- Indicador per capita do poder de compra;
- Consultas nos Centros de saúde e extensão por habitante;
- Médicos por 1000 habitantes;
- Distribuição da população por sectores de actividade;
- Situação na profissão.

A partir destas dimensões foram seleccionados, em diferentes interacções, vários indicadores representativos daquelas.

Dos vários testes realizados estas seis variáveis: mulheres que concluíram o secundário em 2001, dimensão média da família em 2001, variação dos ganhos médios mensais entre 2004 e 2007, variação do desemprego feminino entre 1991 e 2001, desemprego das mulheres em 2001 e índice de poder de compra em 2000, demonstraram ser os factores explicativos com maior expressão na análise encetada.

O coeficiente de determinação obtido foi de (r^2) 0,33 e de acordo com o método seleccionado, Stepwise², o modelo explicativo ficou restringido a seis variáveis como se apresenta no quadro:

Quadro 3

Coeficientes de regressão					
Coefficients ^a					
Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
6 (Constant)	0,840	0,661		1,270	0,205
sec01	0,133	0,034	0,284	3,875	0,000
Dimfami01	-0,888	0,214	-0,222	-4,148	0,000
GMvar0407	3,221	0,859	0,190	3,747	0,000
DesMulheVAR9101	-0,265	0,075	-0,191	-3,518	0,001
DesMulhe2001	0,029	0,012	0,136	2,474	0,014
IPC00	0,005	0,002	0,139	1,938	0,054

Considerando as seis variáveis retidas não se verificam variações muito pronunciadas entre elas. São, predominantemente, as variáveis com uma dimensão de cariz sócio-económico que apresentam maior capacidade explicativa. Assim, verifica-se uma associação positiva entre o factor em análise relativo à natalidade/fecundidade

² Considera variável a variável de modo a fazer aumentar significativamente o valor de (r^2)

e as mulheres que concluíram o secundário em 2001, a variação dos ganhos médios mensais entre 2004 e 2007, o desemprego das mulheres em 2001 e o índice de poder de compra em 2000.

Por outro lado, verifica-se uma associação negativa com a dimensão média da família em 2001 e com a variação do desemprego feminino entre 1991 e 2001, o que corresponde à diminuição da fecundidade/natalidade em famílias de maior dimensão, assim como à quebra de emprego.

Ou seja, numa primeira reflexão sobressai, da conjugação das variáveis, a importância do contexto social (aqui a detenção do ensino secundário) e económico, mas predominantemente da situação económica, enquanto determinante da evolução da natalidade/fecundidade.

Ainda a acentuar e reforçar esta reflexão está o facto de não se encontrar qualquer efeito de associação com políticas sociais localmente desenvolvidas. Estas políticas englobam as que têm sido promovidas pelas autarquias e compreendem uma diversidade de medidas que vão das do foro cultural, às escolares, às de carácter familiar, que englobam medidas como a prestação financeira a crianças que nasçam no concelho, ou as de apoios aos trabalhadores autárquicos. Dada a publicidade e visibilidade que tem envolvido este tipo de medidas, no modelo que se trabalhou, estas variáveis, mas principalmente as de tipo familiar, foram majoradas. No entanto, não se obteve qualquer resultado. Deve referir-se que a informação recolhida baseou-se no Inquérito desenvolvido pela Associação Portuguesa das Famílias Numerosas (2008) realizado a todas as 308 autarquias, tendo obtido respostas de 181 o que corresponde a 59% do total dos municípios portugueses. Nesse inquérito era feito um levantamento relativamente às políticas locais considerando uma diversidade de áreas, tal como acima mencionadas.

Não deixa de ser importante acentuar, também, que nos vários ensaios realizados, foram introduzidas variáveis como: consultas nos centros de saúde e extensão por habitante, médicos por 1000 habitantes, distribuição da população por sectores de actividade ou situação na profissão, contudo, não apresentavam qualquer significado.

Naturalmente que este primeiro exercício, apesar de apontar para situações e associações importantes numa micro escala regional da fecundidade, leva-nos também a pensar qual seria o comportamento e tendências com o acréscimo/diversificação das variáveis a ponderar nesta análise. Por outro lado, importa também referir a necessidade de ponderar a dimensão temporal, nomeadamente nas medidas locais. Pelo facto de serem bastante recentes, as medidas locais, ainda não houve o “tempo necessário” para avaliar os seus efeitos locais.

3. A fecundidade, as condições de trabalho e as políticas de apoio à maternidade: a articulação de políticas como resposta

Face aos resultados obtidos e à importância encontrada nas variáveis com uma dimensão de cariz social ou económico para a explicação da natalidade/fecundidade surgem algumas reflexões e questões neste âmbito.

Na realidade portuguesa é conhecida a elevada taxa de participação feminina, sobretudo de jovens mulheres, no mercado de trabalho, comparativamente com outros países europeus ou mesmo com a média comunitária. Este facto pode explicar a importância do rendimento familiar enquanto condicionante da fecundidade. Este aspecto é, aliás, mencionado como limitador da fecundidade no inquérito realizado em 1997, quando é apontado como o motivo para não desejar ter mais filhos, a percepção de o facto de «ter crianças implica grandes custos, sobretudo quando crescem», motivo apontado por cerca de 80% das mulheres e 70% dos homens». (Inquérito à Fecundidade, 2001, p.62). Mas também importa realçar o adiamento da fecundidade que resulta da maior escolarização «como do ingresso em carreiras profissionais mais exigentes, que não permitem aos casais optar por ter filhos mais cedo» (Inquérito à Fecundidade, 2001, p.37).

Por outro lado, a falta de respostas de apoio que tardaram a chegar e a institucionalizar-se na sociedade portuguesa têm sido também apontadas como um entrave a uma possível alteração (Thévenon, 2009). Thévenon associa a diminuição da dimensão das famílias ao aumento da actividade das mulheres, que só quando conciliável com o emprego permite a existência de filhos. Nesse mesmo estudo (Thévenon, 2009) ressalta a situação portuguesa onde esse apoio tarda a ser consolidado. Acresce a esta situação ainda um outro ponto de reflexão que passa pelo calendário da fecundidade. Face ao crescente investimento feminino em níveis de formação superior até que ponto não estaremos a viver um momento de transição entre gerações de mulheres.

Assim começando a estabelecer um conjunto de reflexões para a análise e considerando o actual contexto em que nos situamos, o que encontramos como referência a nível da União Europeia é a tentativa de fixar a taxa de emprego nos 75% entre a população activa (20-64 anos). Ou seja, inevitavelmente, para qualquer cenário que se

venha a desenhar, a dimensão trabalho - as condições de trabalho, terá de estar presente nos alicerces ou desenho de medidas de apoio à maternidade/parentalidade, tanto mais que constituem uma condicionante na base dos níveis de fecundidade.

As políticas de apoio à família podem constituir um repto à evolução da fecundidade, desde que enquadradas consistentemente (Hoem, 2008). Embora as políticas de família sejam uma referência constante, tal como Saraceno e Naldini defendem «na maior parte dos países europeus a *política familiar* continua a ser um conceito indefinido.» (2003, p. 337). As autoras acrescentam ainda que o «termo “política familiar” é tradicionalmente muito inclusivo; quer dizer, é usado para referir um amplo espectro de medidas legislativas, de subsídios e serviços destinados às famílias, tendo por finalidade o melhoramento do bem-estar familiar» (Kahn e Kamerman, Wilenski et al citados por Saraceno & Naldini, 2003, p. 337)

À semelhança de outros autores, que abordam as políticas de população, defendem também que «poucos foram os países que desenvolveram uma política familiar “explícita” enquanto conjunto de programas de política social intencionalmente destinada a alcançar finalidades específicas relacionadas com o bem-estar familiar. Mas muitos introduziram um conjunto de medidas legislativas, de subsídios monetários, de serviços como resultado de decisões tomadas noutros âmbitos da política social (as políticas ocupacionais, as políticas de apoio ao rendimento etc) que só “*implicitamente*” consideram o bem-estar da família ou a dimensão familiar das políticas sociais» (Saraceno & Naldini, 2003, p.337 e 338).

A toda esta complexidade e indefinição acresce uma outra especificidade - a falta de tradição de políticas familiares em Portugal, que é comum aos países do sul da Europa. «A Itália, a Grécia, a Espanha e Portugal distinguem-se não só por não terem desenvolvido uma política familiar explícita, e coerente, mas também, e sobretudo, pelo elevado nível de fragmentação da política social, pelo mais baixo nível de generosidade das transferências públicas para apoio das famílias com filhos; pela (mais recente) natureza selectiva das transferências monetárias» (Saraceno & Naldini, 2003, p.340).

Em Portugal este apoio teve início em 1942, com a criação do Abono de Família. Numa fase inicial «variava em função do salário ou do vencimento, não no sentido em que provavelmente se pensa, mas justamente no sentido oposto: quanto mais elevado era o montante do salário ou do vencimento maior era o quantitativo do abono» (Silva, 1996, p.71). O que não deixa de ser profundamente contraditório com o sentimento populista dominante do Estado Novo. Esta situação foi alterada ainda antes de 1974 e em 1977 esta prestação é assumida como um direito próprio dos descendentes.

Durante os anos 90 verifica-se um progressivo alargamento destas medidas de protecção à família. Assim, da comparação da evolução global da fecundidade e da acção política, perdura a reactividade e timidez das medidas de cujos efeitos naturalmente se poderia duvidar e que em termos de consequências não permitiram uma mudança nos padrões de comportamento. Mesmo quando se consideram as últimas medidas, desde 2003 (DL. 176) ou “100 Compromissos para uma Política da Família” (2004-2006) ou em 2007 o diploma (DL 308-A) que estabeleciam novas medidas de incentivo à natalidade e o reforço à protecção social, os resultados não parecem ter trazido consequências significativas até agora. No entanto, se por um lado se alargaram e aumentaram as prestações familiares, por outro, estas medidas permanecem inseridas no campo da política de família.

Se por um lado se espera que as políticas tenham efeitos sobre os comportamentos demográficos, podem, por outro lado sofrer efeitos destes mesmos comportamentos demográficos. Esta duplicidade é bem ilustrada por Hoem «demographic behavior may influence public policies. [...] Politicians naturally cater to their constituencies and regions with many children may be able to attract more political attention than other regions. This may then in turn, attract more families who want children. In principle, potential parents may emigrate to take advantage of the availability of childcare facilities if they are unevenly allocated across locations. This would make such migration endogenous to fertility, and presumably, it would work to exaggerate policy effects. »(Hoem, 2008, p.254 e 255).

Mas, do ponto de vista da análise ainda se torna mais difícil um outro aspect: «family policies do not operate in a social vacuum; the effect of a given policy may be strongly dependent upon the social *context* in which it is implemented» (Hoem, 2008, p.255). Daí a importância da percepção e conjugação das várias dimensões/ conjunturas locais com as medidas de carácter nacional no sentido de não haver efeitos contrários e/ou paradoxais. Quando se contrapõe, o que aconteceu em Portugal, um litoral que se industrializava relativamente ao interior,

eram óbvias a oferta de melhores de condições e oportunidades de vida que acabaram por atrair e fixar a população jovem, o que desencadeou e explicou as taxas de natalidade mais elevadas no litoral.

A conjugação dos dois níveis: regional e nacional, na análise e intervenção política, não deve ser descurada porque numa micro escala e numa perspectiva individual da fecundidade pesam e cruzam-se uma série de efeitos e impactos diversos. Ou seja, se por um lado são necessárias medidas nacionais de apoio à fecundidade, por outro, é ao nível do local que a disponibilização de apoios e equipamentos se pode fazer sentir. Estes têm, no entanto, que corresponder às reais necessidades avaliadas exactamente em termos locais.

Assim e face, por um lado, a uma clara manifestação do desejo, recolhida através do inquérito à fecundidade, por mulheres e homens de ter um número de filhos superior em termos médios a 2.1 (Inquérito à Fecundidade, 2001, p.53) ressalta a importância de rever a forma como as políticas têm ou podem vir a ser aplicadas.

O facto dos factores económicos e sociais se revelarem como os que têm maior capacidade explicativa nas diferenças da fecundidade, quando analisados à escala nacional e concelhia, conduz-nos à conclusão da necessidade de uma articulação firme entre as políticas que se destinam à família e as políticas no âmbito do mercado de trabalho, que visam a defesa da maternidade /parentalidade. A este último nível, têm ganho particular expressão, em outros países europeus, a flexibilização dos horários de trabalho para pai e/ou mãe, a possibilidade de existirem fases de carreira em que o trabalho em part-time não é penalizador de uma futura progressão profissional. Estas políticas parecem só poder ter efeitos positivos se equacionadas tendo em atenção a realidade demográfica local e as respectivas dinâmicas.

Bibliografia

Associação Portuguesa das Famílias Numerosas. (2008). Política de Família Municipal *Caderno APFN, nº17*. Acedido em <http://www.apfn.com.pt/Cadernos/Caderno%2017.pdf>

Bandeira, M. L. (1996). *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: INCM.

Boca, D. D., Aaberge, R., Colombino, U., Ermisch, J., Francesconi, M., Pasqua, S., et al. (s/d). Labour Market Participation of Women and Fertility: the Effect of Social Policies. Acedido em http://www.frdp.org/upload/file/paper_delboca.pdf

Gauthier, A. H. (2002). Les politiques familiales dans les pays industrialisés: y a-t-il convergence? *Population*, 57 N°3, 457-484.

Gauthier, A. H. (2007). The impact of family policies on fertility in industrialized countries: a review of the literature. *Population Research and Policy Review*, 26, 323-346.

Hoem, J. M. (2008). The impact of public policies on European fertility. *Demographic Research*, Vol 19/10, 249-260.

Instituto Nacional de Estatística. (2001). *Inquérito à fecundidade e família 1997*. Lisboa: INE.

Kravdal, O. (2010). Demographers' interest in fertility trends and determinants in developed countries: is it warranted? *Demographic Research Volume 22, Article 22*, 663-690.

McDonald, P. (2002). Les politiques de soutien de la fécondité: l'éventail des possibilités. *Population*, 57 n° 3, 423-456.

Mendes, M. F., & Rego, C. (s/d). Baixa Fecundidade nos países do Sul da Europa: a importância das desigualdades na educação e na participação no mercado de trabalho, ao nível regional. Acedido em http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/baixa_fecundidade.pdf

Mendes, M. F., & Rego, C. (sd). Baixa Fecundidade nos países do Sul da Europa: a importância das desigualdades na educação e na participação no mercado de trabalho, ao nível regional. Acedido em http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/baixa_fecundidade.pdf

Mendes, M. F., Rego, C., & Caleiro, A. (2006). Educação e Fecundidade em Portugal: As diferenças nos níveis de educação influenciam as taxas de fecundidade? Acedido em http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/educ_fecundidade.pdf

Nazareth, J. M. (1978). A dinâmica da população portuguesa no período 1930-70. *Análise Social*, Vol XIV nº 56, 729-800.

Oliveira, I. T. (2006). Portuguese Fertility Transition And The Multiplie Response System. *Journal of Family History*, Vol 31 Nº4, 413-421.

Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (Eds.). (2003). *Análise de dados para ciências sociais* (3ª ed. ed.). Lisboa: Sílabo.

Saraceno, C., & Naldini, M. (Eds.). (2003). *Sociologia da Família* (2ªed.). Lisboa: Editorial Estampa.

Silva, C. T. d. (1996). Ano Internacional da Família: das Comemorações às Realizações. In CES (Ed.), *POLÍTICA DE FAMÍLIA:ALGUNS ASPECTOS* (pp. 44 -172). Lisboa: Conselho Económico e Social.

Thévenon, O. (2009). L'augmentation de l'activité des femmes en Europe: progrès de la conciliation ou polarisation des comportements? *Population*, Vol. 64 nº 2, 263 -303.